



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Edifício Parque Cidade Corporate, SCS Quadra 09, Lote C, Torre A, 8º andar –
Brasília – DF – CEP: 70.308-200 Telefones: (61) 2027-3213 / (61) 2027-3981
E-mail: conade@mdh.gov.br

Ata da 129ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE)

Data: 01/09/2022 a 02/09/2022

1 Em um a dois dias do mês de setembro de dois mil e vinte dois, realizou-se 129ª Reunião Ordinária
2 do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE), sob a Coordenação do
3 Conselheiro Titular Cláudio de Castro Panoeiro, Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa com
4 Deficiência do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (SNDPD/MMFDH).
5 Estiveram presentes os seguintes Conselheiros/as Titulares e Suplentes: Conselheiro Titular
6 Adinilson Marins dos Santos, Representante da Federação Nacional das APAEs (FENAPAES);
7 Conselheira Titular Adriana Rodrigues Martins, Representante do Ministério das Relações
8 Exteriores (MRE); Conselheiro Titular Angelo Roberto Gonçalves, Representante do Ministério da
9 Saúde (MS); Conselheiro Titular Cláudio de Castro Panoeiro, Secretário Nacional dos Direitos da
10 Pessoa com Deficiência do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
11 (SNDPD/MMFDH); Conselheiro Titular Daniel Faganello, Representante do Conselho Federal de
12 Engenharia e Agronomia (CONFEA); Conselheiro Titular Décio Gomes Santiago, Representante da
13 Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência do Brasil (FCD/BR); Conselheira Titular Denise
14 Santos Aguiar de Sá, Representante da Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo
15 (SEC/MTur); Conselheira Titular Deusina Lopes da Cruz, Representante da Secretaria de
16 Desenvolvimento Social do Ministério da Cidadania (SEDS/MC); Conselheira Titular Elize Risseko
17 Fujitani Higuti, Representante do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR); Conselheira
18 Titular Ester Alves Pacheco, Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi
19 (FENAPESTALOZZI); Conselheiro Titular Geziel Bezerra da Silva, Representante da Organização
20 Nacional de Entidades de Deficientes Físicos (ONEDEF); Conselheiro Titular Joelson Costa Dias,

21 Representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Conselheiro Titular José Agtônio
22 Guedes Dantas, Representante da Secretaria Especial de Esportes do Ministério da Cidadania
23 (SEE/MC); Conselheira Titular Juelina Nunes, Representante da Associação Brasileira da Síndrome
24 de Williams (ABSW); Conselheira Titular Livia Moura Delfino dos Santos, Representante da Casa
25 Civil (CC); Conselheira Titular Marcia Adão, Representante da União Geral dos Trabalhadores
26 (UGT); Conselheira Titular Maria do Carmo Tourinho Ribeiro, Representante da Associação
27 Brasileira de Autismo (ABRA); Conselheira Titular Nídia Regina Limeira de Sá, Representante do
28 Ministério da Educação (MEC); Conselheiro Titular Nilton de Melo Vieira, Representante do
29 Ministério da Infraestrutura (MI); Conselheiro Titular Paulo Rogério Tadros, Representante da
30 Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC); Conselheiro Titular Raul
31 de Paiva Santos, Representante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO);
32 Conselheiro Titular Roberto Paulo do Vale Tiné, Representante da Associação de Pais, Amigos e
33 Pessoas com Deficiência, dos Funcionários do Branco do Brasil e da Comunidade (APABB);
34 Conselheira Suplente Angela Maria de Sousa Bezerra, Representante do Retina Brasil; Conselheiro
35 Suplente Clóvis Alberto Pereira, Representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil
36 (ONCB); Conselheiro Suplente Denis de Assis da Silva, Representante do Conselho Federal de
37 Engenharia e Agronomia (CONFEA); Conselheiro Suplente Fabio Augusto Lima de Araújo,
38 Representante da Secretaria Especial de Esportes do Ministério da Cidadania (SEE/MC);
39 Conselheiro Suplente Francisco Djalma de Oliveira, Representante da Associação de Pais, Amigos
40 e Pessoas com Deficiência, dos Funcionários do Branco do Brasil e da Comunidade (APABB);
41 Conselheira Suplente Gianine Portélla Parizotto, Representante do Ministério da Ciência,
42 Tecnologia e Inovações (MCTI); Conselheira Suplente Giovanna Brandão Silva Lima,
43 Representante da Federação Nacional das APAEs (FENAPAES); Conselheiro Suplente Heithor
44 Zanini Ruiz, Representante da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves
45 (AFAG); Conselheiro Suplente José Antônio Ferreira Freire, Representante da Confederação
46 Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV); Conselheira Suplente Laudeci Vieira dos
47 Santos, Representante da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras
48 (FEBRARARAS); Conselheira Suplente Reislá Josyane de Araújo Costa de Moura Dias,
49 Representante da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia (SPrev/ME). Convidados:
50 João Carlos Gonçalves, Representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB), Jonas
51 Freire, Representante da CPB; Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth, Representante da Universidade

52 Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí); Nabih H. Chraim, Representante
53 da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ONDH); Regina Cruz, Representante da SEGOV.
54 Acompanhantes: João Carlos Gonçalves, Representante da Organização Nacional de Cegos do
55 Brasil (ONCB); Nerize Ferreira da Silva, Representante da Organização Nacional de Entidades de
56 Deficientes Físicos (ONEDEF); Antônio de Pádua Alves da Costa, Representante da Confederação
57 Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV); Vagno Cabral Pereira, Representante da
58 Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência do Brasil (FCD/BR). Observadores: Camila Reis,
59 Representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); Stefany Nobre Ferreira,
60 Representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); Leomon Moreno,
61 Representante do CPB; Ana Luísa Junqueira, Representante da Ordem dos Advogados do Brasil
62 (OAB); Thaís Atade Dantas, Representante da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ONDH);
63 Tayná Nunes, Representante da Segov. Ausências justificadas: Dia 01/09/2022: Conselheira Titular
64 Ana Kathya Silva Henriques, Representante da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres do
65 Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (SNPM/MMFDH); Conselheiro Titular
66 Antoine Souheil Daher, Representante da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras
67 (FEBRARARAS); Conselheira Titular Belize Obes de Melo de Andrade, Representante do
68 Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP); Conselheiro Titular Carlos Eduardo Ferrari,
69 Representante da Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV);
70 Conselheira Titular Caroline Menicucci Salgado, Representante do Ministério das Comunicações
71 (MCOM); Conselheiro Titular Cesar Ackar Magalhães, Representante da Retina Brasil;
72 Conselheiro Titular Magno Prado Gama Prates, Representante da Federação Nacional de Educação
73 e Integração dos Surdos (FENEIS); Conselheiro Titular Orion Sávio Santos de Oliveira,
74 Representante da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia (SPrev/ME); Conselheira
75 Suplente Salete da Silva Aragão, Representante da Secretaria Nacional de Políticas para as
76 Mulheres do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (SNPM/MMFDH). Dia
77 02/09/2022: Conselheiro Titular Adinilson Marins dos Santos, Representante da Federação
78 Nacional das APAEs (FENAPAES); Conselheiro Titular Cláudio de Castro Panoeiro, Secretário
79 Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério da Mulher, da Família e dos
80 Direitos Humanos (SNDPD/MMFDH); Conselheiro Titular Daniel Faganello, Representante do
81 Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA); Conselheiro Titular Décio Gomes
82 Santiago, Representante da Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência do Brasil (FCD/BR);

83 Conselheira Titular Denise Santos Aguiar de Sá, Representante da Secretaria Especial da Cultura do
84 Ministério do Turismo (SEC/MTur); Conselheira Titular Deusina Lopes da Cruz, Representante da
85 Secretaria de Desenvolvimento Social do Ministério da Cidadania (SEDS/MC); Conselheira Titular
86 Elize Risseko Fujitani Higuti, Representante do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR);
87 Conselheira Titular Ester Alves Pacheco, Representante da Federação Nacional das Associações
88 Pestalozzi (FENAPESTALOZZI); Conselheiro Titular Geziel Bezerra da Silva, Representante da
89 Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos (ONEDEF); Conselheira Suplente
90 Gianine Portélla Parizotto, Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
91 (MCTI); Conselheira Titular Juelina Nunes, Representante da Associação Brasileira da Síndrome de
92 Williams (ABSW); Conselheira Titular Livia Moura Delfino dos Santos, Representante da Casa
93 Civil (CC); Conselheira Titular Marcia Adão, Representante da União Geral dos Trabalhadores
94 (UGT); Conselheira Titular Maria do Carmo Tourinho Ribeiro, Representante da Associação
95 Brasileira de Autismo (ABRA); Conselheira Titular Nídia Regina Limeira de Sá, Representante do
96 Ministério da Educação (MEC); Conselheiro Titular Nilton de Melo Vieira, Representante do
97 Ministério da Infraestrutura (MI); Conselheiro Titular Raul de Paiva Santos, Representante da
98 Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO); Conselheiro Titular Roberto Paulo do Vale
99 Tiné, Representante da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, dos Funcionários
100 do Branco do Brasil e da Comunidade (APABB); Conselheira Suplente Angela Maria de Sousa
101 Bezerra, Representante do Retina Brasil; Conselheiro Suplente Clóvis Alberto Pereira,
102 Representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB); Conselheiro Suplente Denis
103 de Assis da Silva, Representante do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA);
104 Conselheiro Suplente Fabio Augusto Lima de Araújo, Representante da Secretaria Especial de
105 Esportes do Ministério da Cidadania (SEE/MC); Conselheiro Suplente Francisco Djalma de
106 Oliveira, Representante da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, dos
107 Funcionários do Branco do Brasil e da Comunidade (APABB); Conselheira Suplente Gianine
108 Portélla Parizotto, Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI);
109 Conselheira Suplente Giovanna Brandão Silva Lima, Representante da Federação Nacional das
110 APAEs (FENAPAES); Conselheiro Suplente Heithor Zanini Ruiz, Representante da Associação
111 dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves (AFAG); Conselheiro Titular Joelson
112 Costa Dias, Representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Conselheira Suplente Reislá
113 Josyane de Araújo Costa de Moura Dias, Representante da Secretaria de Previdência do Ministério

114 da Economia (SPrev/ME). Ausências justificadas: Dia 02/09/2022: Conselheira Titular Adriana
115 Rodrigues Martins, Representante do Ministério das Relações Exteriores (MRE); Conselheira
116 Titular Ana Kathya Silva Henriques, Representante da Secretaria Nacional de Políticas para as
117 Mulheres do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (SNPM/MMFDH);
118 Conselheiro Titular Antoine Souheil Daher, Representante da Federação Brasileira das Associações
119 de Doenças Raras (FEBRARARAS); Conselheira Titular Belize Obes de Melo de Andrade,
120 Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP); Conselheiro Titular Carlos
121 Eduardo Ferrari, Representante da Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais
122 (CBDV); Conselheira Titular Caroline Menicucci Salgado, Representante do Ministério das
123 Comunicações (MCOM); Conselheiro Titular Cesar Ackar Magalhães, Representante da Retina
124 Brasil; Conselheiro Titular Magno Prado Gama Prates, Representante da Federação Nacional de
125 Educação e Integração dos Surdos (FENEIS); Conselheiro Titular Orion Sávio Santos de Oliveira,
126 Representante da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia (SPrev/ME); Conselheira
127 Suplente Laudeci Vieira dos Santos, Representante da Federação Brasileira das Associações de
128 Doenças Raras (FEBRARARAS); Conselheira Suplente Salete da Silva Aragão, Representante da
129 Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres do Ministério da Mulher, da Família e dos
130 Direitos Humanos (SNPM/MMFDH). Acompanhantes: João Carlos Gonçalves, Representante da
131 Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB); Nerize Ferreira da Silva, Representante da
132 Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos (ONEDEF); Antônio de Pádua Alves da
133 Costa, Representante da Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV);
134 Vagno Cabral Pereira, Representante da Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência do Brasil
135 (FCD/BR). Observadores: Camila Reis, Representante da Agência Nacional de Transportes
136 Terrestres (ANTT); Stefany Nobre Ferreira, Representante da Agência Nacional de Transportes
137 Terrestres (ANTT); Jorge Dornelles Passamani, Representante da Associação Nacional de
138 Equoterapia (ANDE); Amanda Oliveira do Vale, Representante do Ministério da Saúde (MS);
139 Emerson Rodrigues, Representante da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças
140 Graves (AFAG). Convidados: Thiago H. S. Pereira, Representante do Instituto Magnus sobre cão-
141 guia; Monika Heringer, Representante do Instituto Eldorado sobre tecnologia assistiva; Andréa
142 Gomes Moraes, Equoterapia.

143 **ABERTURA 01/09/2022:** O Presidente Cláudio de Castro Panoeiro iniciou a reunião
144 cumprimentando a todos, anunciou a presença do Sr. Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth e solicitou

145 que fosse verificado o quórum. Verificado o quórum, solicitou que a pauta fosse apresentada. A
146 Sra. Daniella Martins da Silva, Coordenadora-Geral do CONADE, realizou a leitura da pauta
147 proposta, que estava composta pelos seguintes itens: Dia 31/08/2022: 10h - Reunião da Presidência
148 Ampliada; 12h – Almoço; 14h - Reunião das Comissões Permanentes; 18h – Encerramento. Dia
149 01/09/2022: 9h00 – Instalação do Plenário; 9h15 – Aprovação da pauta; 9h30 – Aprovação da Ata
150 da 128ª Reunião Ordinária; 09h45 – Aprovação do Relatório da CDP; 10h15 - Apresentação do
151 relatório da CCS; 10h30 - Apresentação do relatório da CPP; 10h45 – Apresentação do relatório da
152 COF; 11h00 – Apresentação do relatório da CMC; 11h15 – Apresentação do Relatório da CAC;
153 11h30 – Discussão sobre audiência pública do STF a respeito do rol taxativo da ANS; 12h00 -
154 Almoço; 14h - Instalação do Plenário; 14h15 - Apresentação sobre a Audiência Pública nº 06/2022
155 da ANTT – Cesar Magalhães; 14h45 – Apresentação sobre dados da ouvidoria; 15h45 –
156 Apresentação sobre materiais esportivos para as Paralimpíadas de 2024 – Jonas Freire; 16h45 –
157 Apresentação sobre emenda parlamentar – Regina Cruz; 17h45 – Explicação sobre o caso do voo
158 da Conselheira Nancy; 18h - Informes Gerais; 18h30 – Encerramento. Dia 02/09/2022: 09h -
159 Instalação do Plenário; 09h15 – Apresentação do Instituto Magnus sobre cão-guia; 10h15 –
160 Apresentação do Instituto Eldorado sobre tecnologia assistiva; 11h15 – Apresentação sobre o teatro
161 Sentidos Arte inclusiva; 12h – Almoço; 14h - Instalação do Plenário; 14h15 – Apresentação sobre
162 Equoterapia; 15h15 – Apresentação sobre Praça da Cultura; 16h15 – Apresentação das Entidades
163 aniversariantes; 16h30 – Informes Gerais; 17h – Encerramento. Instaurada a votação, a pauta foi
164 aprovada por unanimidade. Ato seguinte, foi iniciado a apresentação do relatório da CDP. O
165 Conselheiro Adinilson Marins dos Santos solicitou ao Conselheiro Heithor Zanini Ruiz que
166 realizasse a apresentação. Depois foi questionado o que seria tratado na pauta referente as Entidades
167 aniversariantes. Foi esclarecido que as Entidades inscritas explicarão o tema. O Conselheiro Heithor
168 Zanini Ruiz comunicou sobre a leitura de três pareceres, sendo dois relacionados a violação dos
169 direitos das pessoas com deficiência no âmbito escolar e um deles envolvendo a operadora
170 LATAM. Leu o parecer nº 08/2022, sobre suposta violação dos direitos das pessoas com deficiência
171 no âmbito escolar relacionada a uma mãe com uma criança portadora de síndrome T21, em que foi
172 relatado a falta de estagiários para auxiliar as crianças. No parecer foi mencionada a lei nº
173 12.764/2012, o decreto nº 6.094/2007, que estabeleceu como diretriz para atuação da União a
174 “*garantia do acesso e permanência no ensino regular, e o atendimento às necessidades*
175 *educacionais especiais dos alunos da educação básica*”, citado o artigo 3º do ECA e o artigo 13º da

176 LBI. Encaminhamentos: (1) Envio do relato a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo
177 solicitando os dados da referida Secretaria relativos à quantidade de alunos com deficiência e de
178 profissionais habilitados para atendê-los na rede municipal; (2) Envio deste relato ao Conselho
179 Municipal da Pessoa com Deficiência do Município de São Paulo para eventual apuração das
180 condições da escola. Ato contínuo, leu o parecer nº 09/2022, relacionado a notícia encaminhada
181 pelo MDH/CONADE sobre suposta violação de direitos de pessoa com deficiência ocorrido em São
182 Paulo, em que a mãe de uma criança de 11 anos, portadora de Síndrome de Down, relata que a falta
183 de mediação entre professor-aluno e conhecimento está comprometendo o desenvolvimento
184 educacional de sua filha. Foi relatado que a mãe contatou a escola, porém não conseguiu mudanças.
185 Foi ressaltado o artigo nº 27 da LBI, a Constituição Federal de 1988 e artigo nº 232 do ECA.
186 Encaminhamentos: (1) o encaminhamento do presente caso para apreciação ao órgão ministerial do
187 Estado de São Paulo para a realização das diligências cabíveis; (2) o encaminhamento da situação a
188 Secretaria Municipal de Educação da capital paulista para que sejam tomadas medidas cabíveis; (3)
189 o encaminhamento da denúncia ao Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência do Município de
190 São Paulo para o devido acompanhamento. Ou seja, encaminhamento para o Ministério Público,
191 para a Secretaria Municipal de Educação e Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência do
192 Município de São Paulo. A Conselheira Nídia Regina Limeira de Sá ponderou que os casos
193 relatados são parecidos com outros casos existentes, que se está caminhando na perspectiva da
194 inclusão em classe comum do ensino regular e para que essa inclusão funcione, é necessário que
195 exista formação continuada dos profissionais. Acrescentou que os cursos de pedagogia possuem
196 carga horária insuficiente com relação a educação especial, com número ínfimo de cursos de
197 graduação e educação especial no Brasil, apenas dois públicos (Universidade Federal de Santa
198 Maria e Universidade Federal de São Carlos) e mais seis privados. Adicionou que foi discutido no
199 MEC a falta de mediação do profissional de apoio escolar e que foi debatido na Comissão de
200 Políticas a necessidade de manifestação oficial do MEC quanto a regulamentação do profissional
201 informado na Lei Brasileira de Inclusão. Declarou que é necessário a garantia da legislação e
202 concordou com o parecer da comissão. O Conselheiro Adinilson Marins dos Santos arrazoou que na
203 reunião da comissão todos se desafiaram, pois o trabalho precisa de muita dedicação, e foi
204 observado na maioria das universidades que as disciplinas de educação especial geralmente são
205 optativas, principalmente no curso de pedagogia, e que é necessário realizar um esforço para tornar
206 as disciplinas obrigatórias para os futuros profissionais saírem com um mínimo de conhecimento.

207 Declarou que é necessário dialogar com as universidades. Com a palavra, o Conselheiro Clóvis
208 Alberto Pereira salientou a importância da formação do educador no tema da acessibilidade da
209 pessoa com deficiência de âmbito generalista e obrigatória e que devem ser retomadas as
210 especializações, visto que faltam especializações de cada deficiência. Salientou que se os problemas
211 estão chegando a nível nacional, é necessário analisar o assunto com maior ênfase.
212 Encaminhamentos: (1) abordar sobre formação continuada; (2) regulamentação do profissional de
213 apoio; (3) mudança da educação especial de optativa para obrigatória, sobretudo nos cursos de
214 pedagogia, definindo um documento padrão para ser encaminhado a todas as universidades; (4)
215 fortalecimento das instâncias locais; (5) promoção de direitos de pessoas com deficiência. A
216 Conselheira Angela Maria de Sousa Bezerra, adicionou que trabalha em instituição de nível
217 superior que contém curso de pedagogia e disciplina de Língua Brasileira de Sinais básica e um
218 pouco mais avançada. Declarou que as demais disciplinas de aprofundamento constam como
219 optativas. Concordou que as disciplinas devem se tornar obrigatórias desde o primeiro semestre,
220 com os fundamentos básicos das competências curriculares como aprofundamento e a legislação
221 direcionada a educação inclusiva e especial. Evidenciou que no Conselho são debatidos os direitos
222 de todas as pessoas com deficiência e sugeriu que seja extensiva aos cursos de licenciatura em
223 específico matemática, física, química, história, geografia, que formam professores das áreas
224 especializadas. Sobre a área da pedagogia, propôs a inclusão do braile e tecnologias assistivas como
225 disciplinas obrigatórias. Ponderou que a legislação deve ser cumprida. Notificou sobre caso em que
226 foi fornecido informações sobre concurso a participante de um teste realizado pelo RETINA
227 BRASIL e arrazoou que todos devem ser informados de seus direitos. Foi enfatizado que foi
228 enviado ao Conselho uma amostra de 46 casos do Brasil e destacada a preocupação quanto a falta
229 de capacitação. Foi comunicado que as amostras não chegaram ao Conselho. Quanto ao caso da
230 criança de 11 anos com Síndrome de Down, foi relatado a existência de 52 crianças na escola e
231 apenas dois estagiários e que existe a consciência que existem casos em todo o país. A Conselheira
232 Ester Alves Pacheco explicou que foi discutido o assunto em reunião e que é informado
233 contribuições acerca do tema no relatório da comissão. O Conselheiro Daniel Faganello declarou
234 que universidades de Santa Catarina receberam a recomendação a colocar como currículo
235 obrigatório matérias sobre acessibilidade arquitetônica e atitudinal e que ele e o Conselheiro Denis
236 de Assis da Silva fizeram a recomendação para as universidades quanto a inclusão da matéria
237 obrigatória de acessibilidade para repassar aos novos universitários. Foi ressaltado os

238 encaminhamentos dos relatos. Iniciada a votação, os dois encaminhamentos dos relatos dos
239 pareceres nº 08 e nº 09 foram aprovados por unanimidade. Quanto as considerações seguintes, sobre
240 o fortalecimento das capacitações dos profissionais, matéria de educação especial como obrigatória,
241 universalização da disciplina de educação especial, com enfoque em tecnologia assistiva,
242 particularidades de cada deficiência todos concordaram em se debruçar sobre as temáticas. Foi
243 sugerido debruçar sobre as temáticas, a elaboração de documentos sobre os assuntos, definição de
244 calendário para visita as universidades e verificação de uma maneira de dialogar com as secretarias
245 e conselho. Ato contínuo, foi iniciada a leitura do terceiro relato, sobre a advogada com deficiência
246 amazonense Nancy Segadilha, que passou por violações junto a empresa *LATAM Airlines*, que não
247 conseguiu seu direito de embarque prioritário na companhia aérea. Foi destacada a Resolução nº
248 280 de 2013, artigo nº 31, inciso II da ANAC, sobre a disponibilização de assentos especiais e o
249 artigo nº 18, da Portaria nº 376, de 13 de novembro de 2000. Encaminhamentos: (1) Envio de ofício
250 à ANAC para questionar quais sanções administrativas serão aplicadas pelo referido órgão de
251 fiscalização, no caso em comento; (2) Encaminhamento de ofício à Secretaria de Defesa do
252 Consumidor para apuração do caso e para que sejam aplicadas as sanções eventualmente cabíveis,
253 tendo em vista que a violação em tela se trata de cunho consumerista. Foi proposto a redação de um
254 comunicado para apresentação no Plenário para avaliação e em seguida lido o comunicado. Depois,
255 foi notificado que foi encaminhado o ocorrido ao secretário nacional de defesa do consumidor
256 Rodrigo Roca e formalizado um ofício à Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor para que
257 sejam tomadas providências, processo nº 00135218992/2022-18. Foi salientado que foi
258 encaminhado por ser uma relação de consumo e que a Secretaria Nacional de Defesa do
259 Consumidor possui poder de multa, enquanto a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com
260 Deficiência não possui. Foi adicionado que, em conversa com o Doutor Rodrigo Roca, que um dos
261 três pilares para a sua gestão é a temática da pessoa com deficiência e que em 23 e 25 de agosto, o
262 Doutor Rodrigo Roca realizou duas audiências públicas, uma com pessoas com deficiência e outra
263 com fornecedores. O Conselheiro Joelson Costa Dias agradeceu em nome da OAB a imediata
264 resposta deste Conselho a essa violação. Salientou sobre audiência realizada pelo conselho em 25
265 de agosto sobre políticas públicas para acessibilidade do consumidor com deficiência que ele
266 participou e a importância de averiguar os resultados sobre o caso. O Presidente Cláudio de Castro
267 Panoeiro agradeceu as contribuições do Conselheiro Joelson Costa Dias, principalmente sobre o
268 braille nas caixas de remédio. Evidenciou a Resolução da Anvisa nº 71/2009 e em decorrência da

269 audiência realizada com a sociedade civil, declarou que foi proposto as alterações, encaminhado
270 ofício ao presidente da Anvisa, solicitado reunião e foi disponibilizado para a Comissão se debruçar
271 sobre o tema. Explanou sobre reunião marcada para o dia 23, em que foi encaminhado uma
272 contribuição de alteração de normativo relacionado a acessibilidade no que concerne aos
273 medicamentos. Foi anunciado o número do processo encaminhado ao Ministério da Justiça
274 referente a Conselheira Nancy, sendo o nº 00084005211/2022-81. A Conselheira Deusina Lopes da
275 Cruz relatou sobre caso de violação em que uma pessoa esteve com a cadeira de rodas presa na
276 aeronave e a agressão a mães de autistas pelo Luiz Felipe Pondé, e ponderou que casos parecidos
277 ocorrem com frequência. Foi relatado que a senadora foi contatada para relatar a situação e que está
278 previsto o encaminhamento do laudo pela senadora. O Conselheiro Geziel Bezerra da Silva
279 parabenizou a ação do conselho, relatou caso ocorrido com ele de infração da LATAM. Foi relatado
280 que foi enviado o caso a SENACON, que possui poder de multa. Foi ressaltado o compromisso da
281 SENACON de analisar os casos e do Conselho de apurar qual seria o modelo ideal de capacitação.
282 Foi sugerido a apresentação do documento referente a acessibilidade arquitetônica e atitudinal para
283 auxiliar na capacitação. Foi informado que a ONDF se coloca a disposição para auxiliar na
284 capacitação e que a multa seja utilizada para as capacitações. O Conselheiro Clóvis Alberto Pereira
285 parabenizou a ação, salientou o serviço de baixa qualidade das empresas aéreas e a capacitação
286 constante envolvendo pessoas com deficiência e entidades de familiares de pessoas com deficiência.
287 Ponderou que as notas necessitam circular no site. O Conselheiro Daniel Faganello cientificou que
288 o CONFEA se encontra a disposição para realizar a demanda quanto ao documento de
289 acessibilidade arquitetônica e atitudinal. O Conselheiro Décio Gomes Santiago se solidarizou com
290 os casos relatados, arrazoou que existe um grande desgaste emocional, sendo necessário haver
291 desdobramentos rápidos. Depois foram novamente lidos os encaminhamentos. O Conselheiro
292 Joelson Costa Dias expressou sua preocupação quanto aos encaminhamentos e sugeriu a comissão
293 manter o caso em aberto, acompanhando os ofícios a serem encaminhados, sendo um padrão para
294 todos os encaminhamentos a verificação da manifestação e exposição do caso e depois definir
295 medidas. Realizada a votação, o parecer nº 10 foi aprovado por unanimidade. O Presidente Cláudio
296 de Castro Panoeiro comunicou as sugestões do Conselheiro Joelson Costa Dias de direcionar o
297 ofício mencionando o número do processo relacionando os casos e estabelecer uma diretriz de
298 seguimento das medidas do Conselho. Arrazoou que a implantação da diretriz de seguimento afeta
299 as pautas e sugeriu na próxima reunião abrir na pauta um espaço para o tratamento das questões. Foi

300 sugerido que o acompanhamento dos casos fosse informado no tempo de apresentação dos
301 relatórios das comissões e que o relator de cada comissão realizasse o devido acompanhamento. A
302 Conselheira Reislá Josyane de Araújo Costa de Moura Dias concordou e acrescentou que as
303 deliberações da comissão precisam ser trazidas ao Plenário antes de alguma atividade. O
304 Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné esclareceu que, em caso de demandas externas, é comum
305 no CONADE o ofício permaneça aberto até o final do caso. Em seguida, foi iniciada a votação
306 quanto a proposta de rotina de segmento através das comissões com a manutenção dos casos em
307 aberto e a apresentação em plenário durante o tempo correspondente de cada comissão. A proposta
308 foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi iniciado o relato da Comissão de Comunicação
309 Social pelo Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné, coordenador *ad hoc* da comissão. Declarou
310 que na próxima reunião da comissão será definido o coordenador permanente e que foi discutido
311 sobre a institucionalização das redes sociais do CONADE. Discorreu que as redes sociais são
312 vinculadas ao e-mail do CONADE, com um ou vários administradores, que são conselheiros.
313 Notificou que em 13 de junho a Assessoria de Comunicação foi consultada para aferir a viabilidade
314 das redes sociais do CONADE se tornarem institucionais e em 27 de julho se obteve a resposta,
315 com a recomendação de não institucionalização, sendo citadas a lei nº 9504/1997, a portaria do
316 SECOM e outras legislações. Foi relatado a discussão sobre o calendário de datas comemorativas.
317 Encaminhamentos: (1) Submissão do calendário a outras instituições para o levantamento das datas
318 alusivas das Entidades; (2) Apuração quanto a viabilidade das redes sociais do CONADE. A
319 Conselheira Angela Maria de Sousa Bezerra salientou a importância da Comissão de Comunicação
320 para a divulgação de materiais informativos, sugeriu a inclusão do dia da Bengala Verde e
321 incentivou a introdução de outras datas importantes para as instituições. O Conselheiro Geziel
322 Bezerra da Silva questionou se existe uma equipe técnica para registrar as publicações da rede e foi
323 negado. A Conselheira Angela Maria de Sousa Bezerra sugeriu a instauração de um estagiário ou
324 bolsista para o registro. O Presidente Claudio de Castro Panoeiro clarificou sobre a existência de um
325 impedimento legal quanto a prestação de serviços da Assessoria de Comunicação para qualquer
326 conselho, sendo necessário se debruçar sobre o tema para encontrar uma solução. Foi comunicado
327 que no dia 07 de novembro é o Dia Nacional da Luta da Pessoa com Síndrome de Williams e
328 informado que o calendário será encaminhado as entidades para realizarem suas contribuições sobre
329 os dias. Iniciada a votação, os encaminhamentos foram aprovados. O Presidente Claudio de Castro
330 Panoeiro mencionou que em diálogo com o Banco do Brasil, foi solicitado a divulgação na empresa

331 sobre datas alusivas a deficiência e a doenças raras e que a solicitação se encontra com a diretora do
332 Banco do Brasil, a Sra. Paula Sayão. Complementou que a ideia é divulgar em sites de grandes
333 empresas. O Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné notificou que a APABB conseguiu com o
334 Banco do Brasil a divulgação para seus funcionários de algumas datas e que acredita que o Banco
335 do Brasil é favorável a esse tipo de sugestão. O Conselheiro Daniel Faganello informou que na
336 Plenária passada houve uma discussão sobre o preconceito nas redes sociais, que uma das
337 proposições foi a instauração de campanha relativa ao preconceito com pessoa com deficiência e
338 questionou se foi realizada alguma medida. O Presidente Claudio de Castro Panoeiro clarificou que,
339 em conversa com o administrador do *Facebook*, *Whatsapp* e *Instagram*, foi relatado uma
340 dificuldade técnica em criar um botão de canal de denúncia pois possuem abrangência internacional
341 e que as denúncias chegariam em locais divergentes. Foi proposto a inclusão de informações da
342 Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos nas redes sociais referidas, esclarecido que seria possível
343 e que seria analisado a proposta. Lembrou os encaminhamentos aprovados, as obrigações
344 adicionais, desdobramentos sobre a educação relacionados ao profissional de apoio e inclusão de
345 disciplinas. Foi enfatizado que serão implementadas mais informações no modelo a ser construído.
346 Ato contínuo, foi iniciado o relato da Comissão de Políticas Públicas pela Conselheira Ester Alves
347 Pacheco. Notificou os participantes da comissão sobre a discussão da autodefensoria, dos avanços
348 quanto a atuação das deficiências, principalmente na deficiência intelectual. Cientificou que a partir
349 da próxima reunião autodefensores participarão na suplência e na titularidade da
350 FENAPESTALOZZI. Recomendou a pauta da autodefensoria na próxima reunião. Argumentou que
351 o movimento de autodefensores está no Conselho Nacional de Assistência Social e que foi discutido
352 sobre a Política Nacional de Cuidados, que recomenda a discussão do assunto no CONADE. A
353 Conselheira Deusina Lopes da Cruz comunicou sobre o debate a respeito da Política Nacional de
354 Cuidados, declarou que o público é bastante variado, com demanda urgente, que utilizaram como
355 base o artigo nº 19 da Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, trabalharam com o MEC
356 sobre as inúmeras queixas do sistema educacional e que concluíram que existem ações implantadas,
357 como as ações do profissional de apoio, elencados no artigo 3º da LBI, o conteúdo de capacitação
358 que o MEC está desenvolvendo com uma universidade e a ação que o Ministério da Cidadania está
359 desenvolvendo com a Universidade Federal de Santa Catarina. Ponderou que para verificar a
360 capacitação, dividiram em profissional de nível superior (com muitas demandas) e nível médio, ao
361 qual precisaram analisar com maior ênfase. Discorreu sobre o perfil dos profissionais. Declarou as

362 funções que cada órgão pode realizar e os conteúdos específicos. Declarou que solicitam ao
363 CONADE a elaboração da formação. Foi apresentado *folders* sobre cursos de capacitação de
364 educação especial autoinstrucionais, com carga horária de 90 horas, com a obtenção de certificado
365 de participação após a conclusão e que serão abertos aos familiares e professores. Esclareceu que
366 buscam recursos, pois a Universidade Federal do Piauí propôs uma certificação em caso de
367 conclusão de sete cursos, e que se pode obter um aproveitamento na Universidade Federal do Piauí
368 no curso de especialização em Atendimento Educacional Especial. Acrescentou que um dos cursos
369 versa sobre o profissional de apoio escolar. Ponderou que disponibilizará o folder aos conselheiros e
370 questionou se a universidade do Piauí está vinculada a faculdade de educação. Adicionou que na
371 Universidade Federal do Ceará está sendo discutido sobre o profissional de apoio. Foi questionado
372 se o Ministério possui o cadastro do número de cuidadores. Declarou que é um serviço
373 descentralizado, que existem 1.800 serviços que comungam das filosofias do SUAS, que a
374 Secretaria Municipal possui acesso ao Censo SUAS e que as Entidades podem realizar uma
375 correlação com a saúde, assistência social e educação. Foi informado que, quando é notificado
376 sobre os 59% na região Sudeste e 22% na Região Sul é porque a capacidade brasileira de
377 organização da sociedade em associações segue mais presente nessas regiões, com 9% no Nordeste,
378 8% no Centro-Oeste e 2% na Região Norte. Acrescentou que 46% das unidades estão referenciadas
379 nos CREAs, com 29.817 trabalhadores, 92% dos serviços fazem visitas domiciliares, que ocorre a
380 luta por inclusão. Ponderou que existem muitos adultos precisam de apoio e por isso os centros
381 estão lotados. A Conselheira Livia Moura Delfino dos Santos parabenizou os membros pela análise
382 e no que concerne a capacitação, demonstrou sua preocupação quanto as capacitações virtuais e
383 sugeriu que a CPP se alie a CAC. Sugeriu que o CONADE seja ouvido quanto a regulamentação.
384 Foi informado que a proposta está tramitando no Conselho Nacional de Educação. Foi lida a
385 Resolução nº 09 do CNAS de 2014 e ressaltada a necessidade de profissionais específicos para atuar
386 nas situações. O Presidente Claudio de Castro Panoeiro relatou caso de criança com deficiência
387 visual que possui álbum de figurinhas da Copa do Mundo, mas não é acessível. Cientificou que foi
388 agendada reunião com a Panini para verificar soluções de acessibilidade. Depois, foi iniciada a
389 apresentação sobre dados da Ouvidoria pelo Sr. Nabih H. Chraim. Com a palavra, o Sr. Nabih H.
390 Chraim esclareceu as funções da Ouvidoria, dos canais de atendimento e de denúncias. Esclareceu
391 sobre indicadores de atendimento em 2021, dados de denúncias registradas e respondidas,
392 atendimentos, quadro comparativo de vítimas e pessoas com deficiência, dados de 2022 e painel de

393 dados, disponibilizado em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados>, em que podem ser
394 realizados alguns recortes. Declarou que existe um campo estratificado por estado, perfil da vítima e
395 quantitativo por mês. Mostrou fluxo de encaminhamento e explicou sobre os desafios da Ouvidoria.
396 Ato contínuo, o Conselheiro Joelson Costa Dias parabenizou a apresentação, solicitou a
397 disponibilização de informações ao CONADE e questionou como ocorre a triagem, seguimento e
398 monitoramento das denúncias, se existe algum outro recurso de acessibilidade além das libras, um
399 levantamento mais específico e os números correspondentes a evolução ao longo dos anos. O Sr.
400 Nabih H. Chraim respondeu que em relação ao tipo, existe uma triagem inicial, um acordo de
401 cooperação técnica com a UFMG para trazer um formulário padrão e que o formulário busca a
402 excelência em estratificar questionamentos e que, ao entrar em contato com a atendente, as
403 perguntas são direcionadas. Sobre a acessibilidade, argumentou que no site existem materiais e
404 vídeos e no painel não possui ferramentas de acessibilidade para pessoas de baixa visão, pois possui
405 equipe técnica reduzida e necessitaria de contratação de equipe. Sobre a divisão por tipos de
406 deficiência, ponderou que existe a divisão e acrescentou que pode trabalhar em novos tipos, caso o
407 CONADE informe novos tipos. Sobre os tipos de violência, notificou que são separados em
408 violência psíquica, física e patrimonial. No tocante a linha do tempo, discorreu que surgiu por
409 iniciativa privada, depois mudou para pública e que incluíram novos itens. Complementou que
410 diminuiu ocorrências de violência doméstica, porque ocorre frequentemente com pessoas que vivem
411 juntas. Comunicou que monitoram o painel, mas não são os proprietários. Foi questionado se existe
412 a necessidade de analisar a recusa de matrículas em escolas e foi negado. Foi informado que foi
413 discutido a necessidade de incluir o assunto no Disque 100, mas o processo está em fase de análise.
414 Foi destacado a dificuldade em analisar os dados. Ato seguinte, foi iniciado o relato da COF.
415 Encaminhamentos: (1) debate na comissão sobre cadastro de inclusão, a capacitação de emendas,
416 sobre a previsão anterior que foi encaminhada para uma TED, que inclui a avaliação,
417 monitoramento, estimativa nacional, dotação, qualificação, equipagem das unidades e o rol das
418 associações incluídas; (2) a elaboração de um curso para a capacitação de dois conselheiros por
419 estado com previsão para dezembro; (3) Debate sobre TED multiplicador para todos os municípios;
420 (4) capacitação para todos os conselheiros em 2023 com início em novembro; (5) efetivação de
421 conferência de forma presencial; (6) emendas relacionadas ao Gabinete com início em novembro.
422 Iniciada a votação, os encaminhamentos foram aprovados. Depois, foi iniciado o relato da comissão
423 de Monitoramento da Convenção da ONU pelo conselheiro Joelson Costa Dias. Relatou os

424 participantes, os pontos de pauta (Plano de ação da comissão gestão 2022-2025, definição dos
425 encaminhamentos da comissão diante da resposta enviada a Secretaria Nacional de Direitos da
426 Pessoa com Deficiência sobre a situação de implementação da ONU que concerne aos direitos da
427 pessoa com deficiência, as providências que estão sendo tomadas acerca do relatório do Brasil
428 encaminhado ao comitê da ONU, os artigos da Lei Brasileira de Inclusão e a deliberação da
429 comissão sobre os procedimentos a serem adotados sobre as pessoas com deficiência). Cientificou
430 que foi recebido que o Brasil não cumpriu os requisitos e por isso não foi realizada a apresentação.
431 Encaminhamentos: (1) Acompanhamento do periódico do CONADE para averiguar o recebimento
432 da resposta do comitê da ONU para o cumprimento dos requisitos necessários para o relatório; (2)
433 análise dos artigos da Lei Brasileira de Inclusão; (3) Ofício ao Ministério das Relações Exteriores
434 (MRE) das medidas adotadas pelo Ministério que o Brasil precisa apresentar a ONU sobre a
435 implementação da Convenção no Brasil; (4) Ofício ao Itamaraty para reiterar ofício a ONU
436 indagando se o comitê teria condições de enviar a lista de quesitos. Notificou sobre a resposta
437 obtida pelo Ministério das Relações Exteriores, em que o Comitê não respondeu quais seriam os
438 requisitos. Com a palavra, a Conselheira Adriana Rodrigues Martins argumentou que recebeu do
439 relator especial do Alto Comissariado das Nações Unidas sobre direitos humanos o pedido de
440 informações sobre práticas relativas aos serviços oferecidos para a inclusão e autonomia de pessoas
441 com deficiência. Acrescentou que o relatório é independente, que normalmente é solicitado
442 subsídios ao estado e que o relator deseja receber subsídios da sociedade civil. Adicionou sobre a
443 existência de um questionário. Foi informado que será disponibilizado a carta e o formulário. Foi
444 acrescentado a necessidade de divulgação do relatório. Foi ressaltado como propostas: (1) o
445 acompanhamento periódico da Secretaria do CONADE junto ao Itamaraty e Secretaria Nacional de
446 Direitos da Pessoa com Deficiência para averiguar se os requisitos foram enviados; (2) o CONADE
447 oficiar ao Ministério das Relações Exteriores para que o ministério reitere ao Comitê as
448 informações. Iniciada a votação, as propostas foram aprovadas por unanimidade. Com a palavra, a
449 Sra. Daniella Martins da Silva comunicou que o sistema de compra de passagens foi alterado, sendo
450 necessário realizar o cadastro do SEI e formulário de prestação de contas. Ato contínuo, a
451 Conselheira Livia Moura Delfino dos Santos iniciou o relato da Comissão de Articulação dos
452 conselhos. Informou os participantes, pontos de pauta (capacitação, equipagem, cadastro dos
453 conselhos, conferência nacional, elaboração de documento orientador de criação e reestruturação
454 dos Conselhos). Cientificou que foi elaborado o formulário de levantamento das necessidades de

455 capacitação, que foi validado e enviado dia 16 de agosto aos conselhos estaduais e do Distrito
456 Federal, com prazo de dez dias para sistematização. Complementou que no dia 16 de agosto foi
457 realizada uma reunião entre a CAC e os conselhos estaduais para explicar a importância do
458 relatório, elaborar uma capacitação mais próxima da realidade e aproximar os conselheiros do
459 CONADE. Explanou sobre o formulário, sobre os mandatos, capacitação, temas a serem usados na
460 capacitação e dados obtidos dos formulários. Salientou que os resultados dos formulários serão
461 discutidos na comissão. A respeito da capacitação, arrazoou sobre a importância da capacitação
462 presencial e que a Secretaria começou tratativas para a capacitação presencial com os representantes
463 dos estados e do DF no final de novembro, com a ideia de ter parcerias com universidades. Relatou
464 que a CAC decidiu realizar reuniões virtuais com os presidentes dos conselhos de forma periódica
465 antes da reunião do CAC e que na segunda ocorreria a primeira reunião. Declarou que foi agendado
466 para 10 de outubro de 2022 para averiguar quanto a capacitação e ouvir os conselhos para analisar
467 as necessidades e encaminhar a plenária do CONADE. Arrazoou que foi informado pela Secretaria
468 Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência que foi solicitado a realização de estudo técnico
469 para aquisição de equipamentos antes da publicação do edital e que o estudo estaria pronto até
470 dezembro. Sobre o cadastro dos Conselhos, anunciou que a previsão para a implantação do primeiro
471 cadastro seria até outubro em termos de sistema. Sobre a conferência nacional, declarou que em 26
472 de julho foi publicado no Diário Oficial a Resolução nº 02 de 22 de julho, com a composição da
473 comissão organizadora da 5ª Conferência Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência,
474 consoante a decisão da última plenária de todos os membros da CAC participando e quatro eleitos
475 na última plenária. Foi proposta a reunião em setembro de maneira virtual, que as demais ocorram
476 um dia antes das reuniões da comissão. O Conselheiro Clóvis Alberto Pereira parabenizou o relato,
477 informou que foi realizado poucos reparos no documento, que é necessário contatar órgãos de
478 algumas instâncias, sendo necessário o apoio da Secretaria Executiva do CONADE. O Conselheiro
479 Geziel Bezerra da Silva parabenizou o trabalho, enfatizou que muitos conselheiros não responderam
480 o formulário e a importância do diálogo com os conselheiros estaduais. Sugeriu a ampliação da
481 formação para os membros do conselho. Encaminhamentos: (1) Deliberação da proposta de
482 reuniões virtuais bimestrais com os conselhos, com a primeira a ser realizada em 10 de outubro,
483 com foco na capacitação; (2) Fazer reunião com os membros da 5ª Conferência, a primeira em
484 setembro presencial, e no dia anterior agendar reuniões com as comissões. O Conselheiro Clóvis
485 Alberto Pereira sugeriu como encaminhamento um dia antes ou um dia depois. A Conselheira Ester

486 Alves Pacheco anunciou que a Comissão de Políticas Públicas deseja participar. Iniciada a votação,
487 os encaminhamentos foram aprovados por unanimidade. Em seguida, foi iniciada a votação da
488 aprovação da Ata da 128ª Reunião Ordinária. Foi aprovada por unanimidade. O Presidente Cláudio
489 de Castro Panoeiro sugeriu a inversão de pauta da Discussão sobre audiência pública do STF a
490 respeito do rol taxativo da ANS para a Apresentação sobre materiais esportivos para as
491 Paralimpíadas de 2024. A sugestão foi aprovada. Agradeceu quanto a oportunidade de apresentação
492 no Ministério Público pelo FEBRARARAS. O Sr. Jonas Freire agradeceu a presença e iniciou a
493 apresentação sobre materiais esportivos para as Paralimpíadas de 2024. Explicou sobre os jogos
494 paralímpicos, desafios, próximos jogos, sobre os jogos Paralímpicos em Paris 2024, pilares do alto
495 rendimento, equipamentos de alta tecnologia, o caminho do atleta, transformação social, festival
496 paralímpico, escola paralímpica, *camping* escolar paralímpico, projeto Reabilitar, Programa Militar
497 Paralímpico, Centro de Referência Paralímpico Brasileiro, Projeto de Transição que envolve as
498 Confederações, modalidades de verão que precisam de equipamentos de alta tecnologia. O
499 Presidente Cláudio de Castro Panoeiro agradeceu e esclareceu a finalidade da apresentação. O Sr.
500 Leomon Moreno se apresentou, iniciou seu relato quanto a dificuldade para conseguir equipamentos
501 para a modalidade que ele representa, no caso o *goalball*. Salientou a importância do valor mais
502 baixo dos equipamentos, relatou seu histórico no esporte. O Conselheiro José Antônio Ferreira
503 Freire ressaltou a necessidade da ajuda dos Conselheiros, da Secretaria Nacional junto ao Governo
504 Federal para auxiliar na obtenção de equipamentos esportivos. Propôs na próxima reunião a
505 apresentação do professor Guedes sobre a Secretaria Nacional de Esportes de Pessoa com
506 Deficiência. O Conselheiro José Agtônio Guedes Dantas cumprimentou a todos e agradeceu o
507 relatório. Comunicou que a Secretaria Nacional de Paradesporto (SNPAR) tem discutido a temática
508 da redução de impostos de equipamentos esportivos, que se preocupam com as modalidades de
509 verão e de inverno, e que foi anunciado novas modalidades nos Jogos Paralímpicos de 2028.
510 Discorreu que houve reuniões com o Ministério da Economia e o processo de *goalball* está
511 avançado e voltou com a solicitação de mais materiais. Relatou estudo de produção de *goalball* com
512 tecnologia brasileira, que duas universidades se prontificaram a realizar o estudo. Complementou
513 que em outubro comparecerá em uma reunião com a Associação das Indústrias de materiais
514 esportivos e convidou o Sr. Jonas Freire para comparecer. Discorreu sobre o histórico da Secretaria.
515 O Presidente Cláudio de Castro Panoeiro questionou se o CONADE deveria acompanhar essa visita
516 a associação. O Conselheiro Joelson Costa Dias questionou em qual comissão estaria vinculado. Foi

517 sugerido a Comissão de Políticas Públicas pelo conselheiro José Antônio Ferreira Freire.
518 Encaminhamento: Acompanhamento pela Comissão de Políticas Públicas. Iniciada a votação, foi
519 aprovado o acompanhamento pela Comissão de Políticas Públicas por representante da comissão.
520 Em seguida, o Presidente Cláudio de Castro Panoeiro arrazoou sobre a lei nº 13.756, de 2018, que
521 distribui os recursos a vários destinatários. Informou que em 2016 houve um movimento de isenção
522 de impostos para as Olimpíadas e sugeriu um movimento parecido. Foi respondido que existe um
523 movimento na Secretaria Nacional de Esportes para a redução dos impostos, mas não como 2016,
524 pois na época precisava da importação dos equipamentos. Foi relatado sobre discussões sobre
525 equipamentos como bola de tênis, que foi isenta de impostos, equipamentos de futebol americano,
526 *beach tennis* e outros esportes. Foi adicionado que assim que receber a lista de materiais e
527 equipamentos, será realizado um processo diferente do processo das modalidades olímpicas para
528 agilizar junto ao Ministério da Economia a demanda. O Presidente Cláudio de Castro Panoeiro
529 destacou a participação da FEBRARARAS na audiência dia 26 e 27 de setembro e iniciou a
530 discussão sobre o rol taxativo. Foi relatado que a FEBRARARAS realizou a inscrição, mas que
531 devem rever pois foi aprovado pelo Senado Federal a mudança de cenário, em que retornou o rol
532 explicativo, manteve os tópicos de demanda do tribunal e irá para a sanção presidencial, passou pela
533 Câmara, o texto foi aprovado pelo Senado sem alterações. O Conselheiro Joelson Costa Dias relatou
534 sobre fórum na OAB. Foi informado que existem quatro ações tramitando e sugeriu a participação
535 das Entidades. Foi relatado que diversas Entidades solicitaram o ingresso como amigo da Corte. O
536 Presidente Cláudio de Castro Panoeiro solicitou a inversão de pauta, abordando primeiramente
537 sobre emendas parlamentares e depois a Apresentação sobre a Audiência Pública nº 06/2022 da
538 ANTT. A proposta foi aprovada pelos conselheiros. O Presidente Cláudio de Castro Panoeiro
539 explicou a importância das emendas parlamentares, cientificou sobre curso de captação de recursos
540 que tentam auxiliar as organizações da sociedade civil a captar recursos. Em seguida, a Sra. Regina
541 Cruz iniciou a apresentação sobre as emendas parlamentares. Citou as três leis orçamentárias: PPA,
542 LDO e LOA. Declarou que a LOA foi entregue ontem pelo governo federal, a comissão mista de
543 planos, orçamentos públicos e fiscalização (CMO), arrazoou sobre calendário da Câmara sobre a
544 Comissão Mista, que ocorrerão reuniões futuras que as entidades podem participar, esclareceu o que
545 é emenda parlamentar e os tipos, composição da LOA 2022, a Plataforma +Brasil, que indica o
546 acompanhamento das emendas, Portaria nº 1962, visita ao parlamentar na Câmara e no Senado,
547 pontos de interesse do parlamentar. Declarou que na Câmara pode visitar a Comissão das Pessoas

548 com Deficiência e discorreu sobre a CMO. Foi questionado quanto tempo a Instituição precisa para
549 registro. A Sra. Regina Cruz respondeu que precisa de três anos. Foi questionado se pode pedir uma
550 emenda de um deputado e do Senado para o mesmo projeto e foi confirmado que é permitido. A
551 Sra. Regina Cruz notificou sobre o guia de emendas parlamentares, presente nos sites dos
552 ministérios e CMO. Arrazoou sobre a modalidade 50. Depois, o Conselheiro Daniel Faganello
553 parabenizou a apresentação, comunicou que pretende auxiliar na CONADE quanto a busca de
554 verbas para a conferência. Questionou se o CONADE pode conseguir com um plano de trabalho
555 específico direcionado, se é permitido após a conversa com os parlamentares ser implementado na
556 Plataforma +Brasil para a captação de diversas emendas. A Sra. Regina Cruz respondeu que é
557 permitido, mas lembrou a Comissão das Pessoas com Deficiência, em que pode conseguir um
558 valor alto para o projeto e emendas de comissão, porém as emendas da comissão existem uma
559 dificuldade com a obrigatoriedade. Foi destacado o papel no CONADE. Sugeriu os senadores
560 Jorginho, Zenaide e a Mara Cristina Gabrilli para entrar em contato pois lutam pela causa. Ato
561 seguinte, o Conselheiro Adinilson Marins dos Santos iniciou a apresentação sobre a Audiência
562 Pública nº 06/2022 da ANTT. Declarou que na audiência houve a participação de todos os
563 interessados. Sobre o recorte das pessoas com deficiência, arrazoou que nas maiores aflições da
564 agência não houve muitos avanços. Exemplificou que a norma prevê o uso de duas linhas
565 convencionais, mas as empresas têm reduzido linhas convencionais e substituído por leito
566 executivo. Ponderou que a norma é taxativa, não aborda esse caso e precisa ser revista. Acrescentou
567 que as pessoas têm atribuído funções a ANTT que não são pertinentes ao órgão, um exemplo é a
568 acessibilidade nos terminais rodoviários, sendo que a ANTT verifica se os veículos estão
569 adequados. Em comparação com a ANTT e ANAC, argumentou que ANTT tem abrangência mais
570 tímida enquanto a ANAC tem abrangência maior. Enquanto a ANTT não tem competência para
571 regulação dos terminais, a ANAC possui permissão para regulação dos aeroportos. Agradeceu a
572 presença na audiência. O Conselheiro Joelson Costa Dias salientou a importância da acessibilidade,
573 sobre a sua presença na audiência e de outras pessoas que eram portadoras de deficiência, a
574 discussão sobre acessibilidade e passe livre estudantil na audiência. O Conselheiro Nilton de Melo
575 Vieira argumentou que o relatório da ANTT não está concluído, explicou o que é audiência, sobre a
576 audiência nº 06, que está na fase de análise de contribuições e informou as fases desse relatório.
577 Arrazoou que o Relatório será publicado em mais de 30 dias, notificou dados de comparativo dessa
578 audiência as audiências nº 1,2,3,4 e 5, com aumento de manifestações em relação as outras, fluxo da

579 audiência, Agenda Regulatória Bienal da ANTT e eixos. O Conselheiro Geziel Bezerra da Silva
580 questionou se a competência dos terminais rodoviários era da ANTT e foi esclarecido que é de
581 competência das legislações municipais que regulam a questão urbana. Foi questionado se a ANTT
582 não realiza a fiscalização e foi esclarecido que a ANTT realiza a fiscalização em segunda instância.
583 O Conselheiro Daniel Faganello esclareceu que compreende o posicionamento. Foi destacado a
584 importância da tomada de subsídios, aberta até o dia 09 e sugerido o CONADE a manifestação
585 quanto aos temas a serem discutidos. Encaminhamento: Foi sugerido a CPP se debruçar sobre o
586 tema para sugerir algo até o dia 06. Foi solicitado o encaminhamento dos detalhes sobre o tema ao
587 grupo do CONADE. O Conselheiro Daniel Faganello declarou que está a disposição para a
588 discussão do assunto. A Conselheira Maria do Carmo Tourinho Ribeiro relatou caso do clube
589 Águas Correntes Park, que conversaram com a empresa, e verificaram que houve falta de diálogo,
590 solicitaram auxílio do CONADE, pois a história não ocorreu como a mãe relatou. Foi sugerido a
591 retratação da empresa e que deve ser questionado nas próximas situações se existem pessoas com
592 deficiência na família. Foi ressaltado a importância da comunicação e foi parabenizado a ação da
593 Conselheira. A Conselheira Maria do Carmo Tourinho Ribeiro relatou caso que ocorreu com seu
594 filho autista. **ENCERRAMENTO 01/09/2022:** O Presidente Cláudio de Castro Panoeiro agradeceu
595 a presença de todos e encerrou o primeiro dia da 129ª Reunião Ordinária do CONADE.
596 **ABERTURA 02/09/2022:** O Presidente Cláudio de Castro Panoeiro iniciou o segundo dia de
597 reunião cumprimentando a todos e solicitou que fosse realizada a verificação do quórum. A Sra.
598 Daniella Martins da Silva informou sobre a mudança quanto a prestação de contas e sobre as
599 passagens e que devem ser inscritos no SEI. Em seguida, foi iniciada a apresentação do Sr. Thiago
600 H. S. Pereira a respeito do Instituto Magnus sobre cão-guia. Ponderou sobre cão-guia, o Instituto
601 Magnus, treinamento, declarou que o treinamento dura de 1 a 2 anos, famílias socializadoras, nova
602 base de apoio em Santa Catarina e Niterói, certificações do Instituto Magnus, a lei federal do cão-
603 guia, túnel sensorial no Instituto Magnus, sobre as palestras e as visitas fortalecem o trabalho.
604 Abordou sobre cães de assistência cadeirante e cães para criança com autismo. Comunicou que será
605 doado dois cães a duas crianças com autismo em setembro em Sorocaba e no ano que vem será
606 doado mais seis cães. Arrazoou sobre as empresas que auxiliam na causa e empresas parceiras, as
607 celebridades Ana Maria Braga e Ana Hickmann que divulgam a causa, a divulgação na mídia e
608 convidou a todos para visita. Foi parabenizado o relato e destacada a importância do cão-guia para
609 crianças autistas. Foi ressaltado a importância das ações das ONGs para as pessoas com deficiência

610 e parabenizado as ações da instituição. A Conselheira Angela Maria de Sousa Bezerra questionou
611 qual o perfil dos profissionais, da Família socializadora, sobre os cães com perfis diferentes e quais
612 são os pré-requisitos para a pessoa ser contemplada com um cão-guia. Foi respondido que os
613 profissionais possuem certificados da Federação Internacional do cão-guia. Sobre o perfil da
614 Família socializadora, buscam famílias que convivem com o cão e levam para passear. Declarou
615 que a taxa de sucesso é de 52%, que a cada dez cães que entram no programa, cinco a seis se
616 tornam cães de assistência. O cão pode ser desligado por questões de saúde ou por não ter perfil. O
617 pré-requisito principal é a mobilidade. Foi questionado se os instrutores possuem capacitação sobre
618 inclusão e foi confirmado. Foi informado que são os instrutores são capacitados sobre a orientação a
619 mobilidade. Foi confirmado que pode informar a sociedade civil sobre a iniciativa. Foi questionado
620 quanto aos desafios na operação. O Sr. Thiago H. S. Pereira respondeu que não possui dificuldade
621 quanto ao treinamento no país, pois atualmente existem *trainees* que foram treinados no país.
622 Acrescentou que os melhores cães são verificados para reprodução e são realizadas parcerias. A
623 Conselheira Maria do Carmo Tourinho Ribeiro questionou se existe treinamento específico em caso
624 de crise com crianças com autismo. O Sr. Thiago H. S. Pereira respondeu que existe um
625 treinamento macro e um mais específico com a família. O Conselheiro Denis de Assis da Silva
626 questionou o motivo de escolher Criciúma, se está funcionando e como as famílias podem se
627 inscrever. O Sr. Thiago H. S. Pereira esclareceu que um dos instrutores está morando em Criciúma
628 e o local foi escolhido também pela localização geográfica. Arrazou que as inscrições podem ser
629 feitas pelo site do instituto e pelas redes sociais do instituto. O Conselheiro Décio Gomes Santiago
630 parabenizou o trabalho e declarou que se encontra a disposição. O Sr. Thiago H. S. Pereira
631 comunicou que verificará se no Rio Grande do Norte existe a possibilidade de implantação. O
632 Conselheiro Geziel Bezerra da Silva discorreu sobre projeto Bolinhas de Pelo em Pernambuco que
633 trabalha com crianças autistas. O Sr. Thiago H. S. Pereira respondeu que irá averiguar. Foi
634 destacado quanto a importância do cão-guia. O Presidente Cláudio de Castro Panoeiro esclareceu
635 como surgiu a ideia da apresentação do projeto e notificou sobre o acompanhamento do projeto de
636 lei nº 10.286/2018, que está na Câmara dos Deputados. Enfatizou a importância de se debruçar
637 sobre o cão guia e que a causa pode ser encaminhada a outros estados. Foi apresentado vídeo
638 institucional. Ato contínuo, foi iniciada a apresentação sobre tecnologia assistiva do Instituto
639 Eldorado pela Sra. Monika Heringer. Foi discorrido sobre as bases, acordos com universidades,
640 resultados em 2021, presença em quatro localidades, com certificações e parcerias, foco na

641 inovação aberta, atuações em outros setores, experiência em tecnologia aplicada ao mundo da saúde
642 4.0, linhas de atuação, com oferta de *hardware*, capacitações, linha de encapsulamento,
643 infraestrutura laboratorial, resultados recentes, pesquisas e projetos futuros, com propostas para
644 pessoas com deficiência, Centro de Desenvolvimento de Tecnologias para o Transtorno do Espectro
645 Autista, tecnologias habilitadoras para deficientes visuais e auditivos, Centro de Pesquisa e
646 Desenvolvimento em Próteses Inteligentes, duração do projeto de 24 meses, busca de parcerias com
647 empresa, participação de cidadãos. O Presidente Cláudio de Castro Panoeiro questionou se
648 conseguiram entrar no edital da FINEP e foi negado, pois é relacionado a instituições públicas. A
649 Conselheira Angela Maria de Sousa Bezerra questionou qual curso possui parceria com a empresa e
650 foi respondido que possuem parceria com a Faculdade de Tecnologia e Ciências da Computação.
651 Questionou o que possui de entrega quanto aos deficientes visuais e foi esclarecido que são
652 propostas, que produtos ainda serão criados. Foi informado que existem parcerias e que irão
653 proporcionar capacitação aos deficientes visuais. O Conselheiro Clóvis Alberto Pereira questionou
654 quanto a usabilidade e acessibilidade impactarem na certificação, informou sobre projeto que
655 relaciona pessoas com deficiência para testes. Acrescentou que está a disposição para diálogo sobre
656 o projeto e foi concordado. O Conselheiro Francisco Djalma de Oliveira ponderou sobre a
657 importância da produção em massa e com eficiência. Foi destacado que uma tecnologia possui uma
658 amplitude e sugerido a implantação de tecnologias para pessoas idosas. Foi declarado que está
659 sendo analisado a criação de tecnologias para pessoas idosa e, relatada sobre discussão com a
660 UNESCO sobre as tecnologias. Ato seguinte, foi iniciado a apresentação sobre o Teatro dos
661 Sentidos. Foi apresentada uma matéria no Jornal Nacional sobre o Teatro dos Sentidos. Foi exposto
662 um vídeo sobre os depoimentos da plateia. Ressaltada a sobre a importância das Paralimpíadas e
663 que a cultura não é exclusiva, que no projeto não aborda a deficiência, apenas é verificado após o
664 teatro. Explanado sobre o Teatro dos Sentidos, com tecnologia sonora alemã, links para assistir,
665 obras criadas por pessoa deficiente, em que os artistas criam arte após participar do teatro, críticas,
666 sobre o Projeto “Mostra Comemorativa”, justificativas para patrocínio, sobre busca de emendas,
667 histórico. A Conselheira Reislá Josyane de Araújo Costa de Moura Dias questionou quando
668 ocorreria em Brasília e foi respondido que quando conseguirem verbas será realizado. O Presidente
669 Cláudio de Castro Panoeiro agradeceu e arrazoou sobre curso com parceria com universidades de
670 acessibilidade cultural. Foi destacado a importância da tecnologia assistiva para a cultura, pois a
671 audiodescrição possui um custo alto. Foi proposto a inclusão de pessoas com deficiências em todas

672 as propagandas, destacado a importância das ferramentas de inclusão na cultura, argumentada a
673 necessidade dos instrumentos serem mais acessíveis, como a audiodescrição, que pode futuramente
674 ser realizada no celular. Ato contínuo, o Presidente Cláudio de Castro Panoeiro explanou sobre o
675 processo SEI nº 00135219105/2022-29 referentes as caixas de remédio com braile, encaminhado ao
676 Presidente da ANVISA, sobre a Resolução nº 70/2009, que trata da rotulagem em braile das caixas
677 de medicamento. Informou que foram realizadas novas propostas em audiência pública, e arrazoou
678 que o mesmo tema foi discutido em podcast espanhol *Cadena SER Hoy por Hoy*. A Sra. Daniella
679 Martins da Silva leu a pauta da tarde e em seguida o Presidente Cláudio de Castro Panoeiro
680 arrazoou sobre o processo da Conselheira Nancy, em que o Doutor Rodrigo Roca abriu prazo de 10
681 dias para explicação da LATAM e que o CONADE realizará sua manifestação. Ato seguinte, foi
682 iniciada apresentação sobre Equoterapia pela Sra. Andréa Gomes Moraes. A Sra. Andréa Gomes
683 Moraes apresentou relatos de tratamentos de equoterapia, reabilitação, definição segundo
684 legislação, elementos de atendimento (mediador, auxiliar-guia, praticante e cavalo), procedimentos
685 preconizados (avaliação médica, fisioterapêutica e psicológica), a constituição jurídica da ANDE-
686 BRASIL, localização, histórico, projeto de lei sancionado nº 13.830, abrangência da ANDE-
687 BRASIL, capacitação traduzida em números, congressos brasileiros de equoterapia, realização de
688 especializações e palestras, descritores, quantidade de artigos brasileiros publicados no *PubMed*
689 sobre o tema, aprendizagem, motivação, contexto sensório-motor, neurofisiologia,
690 neuroplasticidade, paralisia cerebral, projetos realizados e em andamento, acessibilidade e
691 agradeceu a presença. A Conselheira Denise questionou a proximidade desse serviço com a saúde e
692 como se tem atuado para verificar a terapia no SUS. A Sra. Daniella Martins da Silva respondeu
693 que os médicos recomendam e como o custo é alto, as pessoas buscam os centros filantrópicos. Foi
694 questionado pela Conselheira Denise se está ligado a um serviço de saúde e foi negado. A
695 Conselheira Denise salientou a importância do financiamento e sugeriu o pedido para financiamento
696 e integração com o SUS. O Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné explanou sobre histórico da
697 equoterapia em Pernambuco e em Brasília e esclareceu que é possível integrar a equoterapia no
698 SUS. Foi sugerido submeter a CONITEC. A Conselheira Maria do Carmo Tourinho Ribeiro
699 parabenizou a apresentação. A Conselheira Angela Maria de Sousa Bezerra questionou se está
700 mapeado os locais que atuam e foi confirmado. A Sra. Andréa Gomes Moraes esclareceu que a
701 instituição deve averiguar quanto ao financiamento. Foi informado que no MEC foi analisada a
702 possibilidade de haver centro de atendimento educacional especializado para estudantes com

703 impedimentos físico e motores, mas ocorreu a pandemia e por causa da política nacional estar retida
704 por análise de mérito atrapalharam o andamento. O Conselheiro Clóvis Alberto Pereira relatou caso
705 de pessoa cega, Magda de Souza Paiva de 45 anos, que caiu no trilho do metrô e demonstrou sua
706 indignação. A Sra. Daniella Martins da Silva leu a notícia pela Folha de São Paulo. Depois, o
707 Presidente Cláudio de Castro Panoeiro sugeriu a discussão do assunto na Comissão que o
708 Conselheiro Adinilson Marins dos Santos participa e ele concordou. Foi relatado caso de pessoa
709 com deficiência que precisou de pessoas para auxiliar na entrada do metrô e não existia, que as
710 universidades têm núcleos de inclusão, que é necessário realizar um mapeamento dos problemas
711 enfrentados pelos alunos e foi relatado outro caso de queda nos trilhos. Foi salientado que a
712 capacitação ocorre na mudança de pessoas. O Presidente Cláudio de Castro Panoeiro notificou que
713 irá averiguar os órgãos fiscalizadores e solicitou ao Conselheiro Daniel Faganello a leitura de
714 documento que seria elaborado e de decreto. O Conselheiro Daniel Faganello sugeriu que o
715 CONADE fizesse uma correspondência à ANTT para cobrar adequação a acessibilidade nos
716 terminais rodoviários e oficiar aos municípios. O Presidente Cláudio de Castro Panoeiro sugeriu
717 colocar no grupo por falta de quórum. Foi questionado o prazo e foi informado que para incluir no
718 prazo seria até o dia 06. Foi sugerido submeter através da Secretaria do CONADE. O Conselheiro
719 Joelson Costa Dias discordou da necessidade de acompanhamento e sugeriu liberar pela Secretaria.
720 O Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné sugeriu enviar a Presidência Ampliada. O Conselheiro
721 Adinilson Marins dos Santos concordou com o posicionamento do Conselheiro Joelson Costa Dias.
722 Será definida a data. O Conselheiro Daniel Faganello discorreu sobre os decretos nº 9404 e nº 9405
723 de 2018, que versam sobre a adequação de acessibilidade. Foi destacado o vencimento dos prazos e
724 a preocupação dos empresários quanto a adequação para a liberação do alvará. Arrazoou que o
725 CONFEA solicita ao CONADE o pedido a Presidência da República a ampliação do prazo em dois
726 anos. Foi destacado sobre os autodefensores, a importância de locais adequados e sugerido trazer
727 como pauta a discussão sobre acessibilidade em hotéis. O Conselheiro Joelson Costa Dias
728 expressou a preocupação quanto a prorrogação de prazos, sendo mais importante que a
729 acessibilidade em hotelaria, citou artigo nº 44 da Lei Brasileira da Inclusão e declarou que não sabe
730 qual comissão que pode se debruçar sobre legislações que abordam prazos. O Conselheiro Daniel
731 Faganello discorreu sobre os prazos dos decretos nº 9404 e nº 9405, concordou que é inadequado
732 prorrogar por diversas vezes, mas que a atual situação pode acarretar vários problemas. Foi
733 destacado a importância de realizar um trabalho de conscientização e relatada solução em metrô de

734 Sevilha com portas próximas ao trem. Foi informado que o metrô de São Paulo prometeu essa
735 solução, mas não foi realizado em muitas linhas. Foi ressaltado quanto a implantação da solução na
736 Linha Amarela. Depois, foi abordado sobre as datas comemorativas. O Conselheiro Décio Gomes
737 Santiago discorreu sobre histórico da FCT, comemoração de 50 anos. Informou que dia 02 de
738 novembro a ex-coordenadora Maria de Lourdes será anunciada como venerada pela Igreja Católica.
739 Sugeriu um material das organizações e que estão à disposição. O Conselheiro Geziel Bezerra da
740 Silva sugeriu como encaminhamento abordar sobre a avaliação biopsicossocial na próxima reunião.
741 A Conselheira Angela Maria de Sousa Bezerra apresentou sobre a Retina Brasil, atuação da
742 organização, histórico, apresentação dia 23 com as regionais e será celebrado os 20 anos. Declarou
743 que conseguiram financiamento para um projeto, discorreu sobre o dia Mundial da Retina (24),
744 apresentação em São Paulo, apresentação de campanha de teste genético. O Presidente Cláudio de
745 Castro Panoeiro notificou sobre encontro nacional em Recife em 12 de outubro e que o Conselheiro
746 Clóvis Alberto Pereira irá representar. Foi informado que o MEC participará e o Sr. Antônio Borges
747 participará da reunião da Comissão Brasileira de Braile para a temática de matemática. O
748 Conselheiro Clóvis Alberto Pereira mencionou sobre a LaraMara, que trouxe a máquina em braile,
749 especialista na habilitação de bebês, e abordou sobre os 31 anos da entidade. A Conselheira Marcia
750 Adão concordou e discorreu sobre a UGT, que defende várias causas como o emprego e fez 15 anos
751 no mês de julho. O Presidente Cláudio de Castro Panoeiro informou que recebeu os kits do Instituto
752 Magnus e será realizado sorteio. **ENCERRAMENTO:** Feitos os agradecimentos e não havendo
753 mais nenhum item a ser tratado, o Presidente Cláudio de Castro Panoeiro agradeceu a presença de
754 todos e encerrou a 129ª Reunião Ordinária do CONADE.

755

756

757

758

Cláudio de Castro Panoeiro

759

Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE

760

761

Setembro de 2022